

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 765/2023 DISPENSA ELETRÔNICA 14/2023

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 14/2023

A Câmara Municipal de Aracaju, inscrita no CNPJ sob nº 13.167.804/0001-21, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, nomeado através da Portaria nº 818, de 02 de maio de 2023, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará a **DISPENSA ELETRÔNICA**, com Critério de Julgamento do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, visando à aquisição de 200 (duzentas) garrafas em material inox, na cor branca, personalizadas em arte colorida, com capacidade de 650 ml, tampa rosqueável e alça para transporte, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência presente em documento anexo (Anexo II), e sendo regida pelas disposições do Ato nº 16, de 25 de agosto de 2022, art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e pela Lei Complementar nº 123/2006 e posteriores alterações, nas condições abaixo:

1. <u>CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO</u>

- 1.1. A dispensa eletrônica dar-se-á por meio do Sistema *Licitanet*, com base legal nas Leis Federais nº 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/2006.
- 1.2. Poderão participar desta Dispensa as interessadas estabelecidas no País, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste termo, previamente credenciadas como fornecedores no sistema do *Licitanet* (https://licitanet.com.br/).
- 1.3. A Dispensa Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Aracaju, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a plataforma <u>www.licitanet.com.br</u>.
- 1.4. O Termo de Dispensa Eletrônica nº 14/2023 será publicado exclusivamente nos sítios eletrônicos www.licitanet.com.br e www.aracaju.se.leg.br, no dia 27 de setembro de 2023. As datas e horários das propostas e lances estão definidos no subitem 4.2.
- 1.5. As aquisições/contratações realizadas por Dispensa Eletrônica (DE) enquadram-se como dispensa de licitação, por limite de valor com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93 e no Ato nº 16, de 25 de agosto de 2022.





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 765/2023 DISPENSA ELETRÔNICA 14/2023

- 1.6. Poderão participar da presente Dispensa Eletrônica (DE) os fornecedores que solicitarem seu credenciamento prévio junto ao provedor do sistema responsável pela divulgação e recebimento de propostas.
- 1.7. É vedada a participação de consórcios e de empresas impedidas de licitar e/ou contratar com a Administração Pública Municipal, na forma estabelecida em lei.
- 1.8. Em atendimento às disposições estabelecidas no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, a presente dispensa terá <u>EXCLUSIVIDADE</u> de participação para as <u>Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</u>, desde que atenda às condições estabelecidas na plataforma eletrônica.
- 1.9. Como requisito para participação na **DISPENSA ELETRÔNICA**, no ato do cadastramento da proposta, o Licitante deverá apresentar, em campo próprio do Sistema Eletrônico:
 - 1.9.1. Declaração de que não possui, em seu quadro permanente de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9.854 de 1999, que altera a Lei nº 8.666/93;
 - 1.9.2. Declaração de que, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, a licitante cumpre todos os requisitos legais previstos para a qualificação como Microempresa / Microempreendedor Individual / Empresa de Pequeno Porte / Sociedade Cooperativa de Consumo, estando apta a usufruir do tratamento diferenciado, não se enquadrando em nenhuma das vedações previstas no § 4º do art. 3º da LC nº 123/06, alterada pelas Leis Complementares nº 128/2008, nº 147/2014, nº 155/2016 e pelo Decreto Federal nº 8.538/2015, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes.

2. DO OBJETO

2.1. A presente Dispensa Eletrônica tem por objeto a aquisição de 200 (duzentas) garrafas em material inox, na cor branca, personalizadas em arte colorida, com capacidade de 650 ml,

1



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 765/2023 DISPENSA ELETRÔNICA 14/2023

tampa rosqueável e alça para transporte, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa com o fornecimento correrá à conta do orçamento-programa de 2023 da Câmara Municipal de Aracaju, obedecendo a seguinte classificação:

Órgão: 01 CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Unid. Orçamentária: 01101 CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Função: 01 Legislativa

SubFunção: 031 Ação Legislativa

Programa: 0001 ATUAÇAO LEGISLATIVA

Ação: 2001 Manutenção da Câmara Municipal

Natureza de Despesa: 33903000 Material de Consumo

SubElemento: 33903021 Material de Copa e Cozinha

Fonte: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos

4. <u>DO ENVIO DE PROPOSTAS E LANCES</u>

- 4.1. Para operacionalização da Dispensa Eletrônica, o envio de propostas e lances deverá ocorrer, exclusivamente, pelo sistema adotado pelo Setor demandante, sendo vedada sua remessa em documento físico.
- 4.2. O envio de propostas e lances será de acordo com os seguintes prazos estabelecidos:

DATA E HORÁRIO INICIAL PARA ENVIO	10:20h	
DAS PROPOSTAS:	28 de setembro de 2023	
DATA E HORÁRIO INICIAL DA DISPUTA DE	10:20h	
LANCES:	10 de outubro de 2023	

4.3. A partir da divulgação do Pedido de Dispensa Eletrônica, terá início a sessão pública virtual de dispensa com o recebimento de propostas de preço, qualquer que seja o valor ofertado, exclusivamente por meio do Sistema, vedada a apresentação de proposta em papel físico;





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 765/2023 DISPENSA ELETRÔNICA 14/2023

- 4.4. A partir do registro da sua proposta no Sistema, os fornecedores participantes terão conhecimento do menor valor ofertado até o momento e poderão formular lances de menor valor, sendo informados, imediatamente, sobre o seu recebimento com a indicação do respectivo horário e valor;
- 4.5. Só serão aceitos novos lances cujos valores forem inferiores ao do último lance registrado no Sistema;
- 4.6. Durante o transcurso da sessão pública virtual de Dispensa Eletrônica, os fornecedores participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance que tenha sido apresentado pelos demais participantes, vedada a identificação do ofertante do lance;
- 4.7. A etapa de lances da Dispensa Eletrônica será encerrada a qualquer instante após apresentação de aviso de fechamento iminente, observado o período de tempo máximo de 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo Sistema;
- 4.8. Imediatamente após o encerramento da Dispensa Eletrônica, o Sistema divulgará a classificação, indicando as propostas ou lances de menor valor.

5. <u>DISPENSA ELETRÔNICA</u>

- 5.1. A Dispensa Eletrônica dar-se-á por meio do Sistema Licitanet (https://licitanet.com.br/), com base legal nas Leis Federais nº 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/2006, e será conduzida de acordo com as Instruções Gerais e Procedimentos para Utilização do Sistema de Dispensa Eletrônica, como também com as demais normas contidas neste documento.
- 5.2. Para participar da Dispensa Eletrônica, o fornecedor deverá acessar com seu *login* e senha de acesso ao Sistema e assinalar, em campo próprio, a inexistência de fato impeditivo para licitar e/ou contratar com o Órgão Promotor da Dispensa Eletrônica, ou com toda a Administração Pública Municipal, e o pleno conhecimento e aceitação das regras de que trata o subitem anterior.
- 5.3. A proposta inicial bem como os lances subsequentes deverão ser registrados em moeda nacional corrente para a quantidade total de cada item, com validade de, no mínimo, 30 (trinta) dias.
- 5.4. Será considerado vencedor da Dispensa Eletrônica aquele que apresentar, durante o Rua Itabaiana, nº 174, Centro, Aracaju/SE, CEP: 49010-010, Telefone: (79) 3512-2529 CNPJ: 13.167.804/0001-21





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 765/2023 DISPENSA ELETRÔNICA 14/2023

período da disputa, o lance de menor valor, sendo-lhe adjudicado o objeto, desde que atenda às respectivas especificações e à exigência de regularidade de habilitação.

5.5. O Órgão Contratante poderá anular ou cancelar a Dispensa Eletrônica, total ou parcialmente, sem que disso resulte, para o proponente, direito a qualquer indenização ou reclamação.

6. DO JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO DA PROPOSTA

- 6.1. O julgamento das propostas e a adjudicação do objeto serão realizados através do critério de MENOR PREÇO POR ITEM. Na oferta de lances, quando o valor unitário do item resultar em número com mais de duas casas decimais após a vírgula, somente serão consideradas as duas primeiras casas decimais, sendo desconsideradas todas as demais.
- 6.2. As contratações oriundas da Dispensa Eletrônica serão formalizadas pela emissão de Nota de Empenho/Contrato, que será comunicada ao adjudicatário.
- 6.3. As obrigações recíprocas entre a Contratada e o Órgão Contratante correspondem ao estabelecido neste termo.
- 6.4. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor vencedor da Dispensa Eletrônica, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, consoante o estabelecido no art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
- 6.5. A eventual rescisão do ajuste se dará nas hipóteses previstas nos arts. 78 e 79 da Lei nº 8.666/1993, não cabendo à Contratada direito a qualquer indenização.

7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO E QUANTITATIVO

7.1. A contratação em apreço tem por necessidade a quantidade e especificações de acordo com a tabela a seguir:

Assinado por 1 pessoa: MARCELO DE ANDRADE SANTOS



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 765/2023 DISPENSA ELETRÔNICA 14/2023

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Garrafa em material inox, na cor branca, personalizada em arte colorida, com capacidade de 650 ml, tampa rosqueável e alça para transporte.	UNID.	200

- 7.2. Na proposta de Preços inserida no sistema, deverão estar incluídos todos os insumos que a compõem, as despesas com a entrega e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação.
- 7.3. A proposta deverá conter "descrição detalhada do objeto ofertado", incluindo quantidade, preço e marca.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos de habilitação da empresa ofertante do melhor preço devem ser encaminhados através do sistema, no prazo máximo de 02 (duas) horas após a solicitação do Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

8.1.1. Para Habilitação Jurídica:

- 8.1.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 8.1.1.2. Ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor), devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais (empresariais), e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios da eleição dos atuais administradores;
- 8.1.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 765/2023 DISPENSA ELETRÔNICA 14/2023

8.1.2. Para Qualificação Econômico-Financeira:

- 8.1.2.1.Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida, até 90 (noventa) dias antes da data de abertura da licitação, pelo Cartório de Distribuição da sede da licitante;
- 8.1.2.2.De acordo entendimento do TCU (Acórdão nº 8.271/2011 2ª Câmara, Dou de 04/10/2011) e da 1ª Turma do STJ (AResp 309.867), é possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº. 8666/1993.

8.1.3. Para Regularidade Fiscal:

- 8.1.3.1.Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
- 8.1.3.2.Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal se houver relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Termo de Referência;
- 8.1.3.3.Certificado de regularidade perante o FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 8.1.3.4. Certidões de regularidade de situação para com as Fazendas: Federal (abrangendo os débitos relativos a tributos federais, à dívida ativa da União, e às contribuições previdenciárias e de terceiros), Estadual, Municipal ou do Distrito Federal do domicílio/sede da licitante.

8.1.4. Para Regularidade Trabalhista

- 8.1.4.1.Certidão negativa de Débitos Trabalhistas, conforme disposto na Lei 12.440/2011;
- 8.1.4.2.Declaração sobre Empregado Menor, conforme disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, emitida pelo sistema *Licitanet*.





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 765/2023 DISPENSA ELETRÔNICA 14/2023

8.1.5. Para Qualificação Técnica

- 8.1.5.1.A empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnico-operacional, em nome da licitante, comprovando aptidão para o fornecimento em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação. O atestado poderá ser expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade.
- 8.2. O julgamento da habilitação das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas obedecerá aos critérios gerais definidos neste processo, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica, bem como o atendimento sobre as normas da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 8.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e CNDT, será assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, contados a partir da notificação da irregularidade pelo pregoeiro. O prazo de 5 (cinco) dias úteis poderá ser prorrogado por igual período se houver manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial.
- 8.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto em lei, implicará decadência do direito à(s) contratação(ões), sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar(em) a(s) contratação(ões), ou revogar a licitação, consoante estabelecido no art. 43, §2º da Lei Complementar nº 123/2006.

9. <u>DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DA ENTREGA DO PRODUTO</u>

- 9.1. Após Termo de Adjudicação da Dispensa, será firmado Ordem de Fornecimento, tendo em vista que o objeto não resulta em obrigações futuras, dispensando-se o termo de contrato, consoante §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/93.
- 9.2. O material será fornecido obedecendo às especificações e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência.





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 765/2023 DISPENSA ELETRÔNICA 14/2023

- 9.3. A entrega dos objetos será feita no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, mediante a emissão de Ordem de Fornecimento.
- 9.4. A responsabilidade pela emissão da Ordem de Fornecimento será do Departamento Administrativo da Câmara Municipal de Aracaju, na pessoa da sua Diretora ou funcionário designado, através de e-mail.
- 9.5. Os prazos que vierem a coincidir em dia que não haja expediente no órgão ou que o expediente tenha sido reduzido ficam automaticamente prorrogados ao dia útil seguinte.
- 9.6. A entrega do material deverá ser realizada no Anexo Administrativo da Câmara Municipal de Aracaju, no Setor de Almoxarifado, localizado na Rua Itabaiana nº 174, Centro Aracaju/SE, CEP 49010-010, no horário compreendido entre 8h e 13h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.
- 9.7. O compromisso para a realização da entrega só estará caracterizado mediante a emissão da Ordem de Fornecimento pelo Departamento Administrativo da Câmara Municipal de Aracaju.
- 9.8. Para recebimento da Ordem de Fornecimento, a contratada deverá disponibilizar canal de atendimento telefônico e/ou e-mail, em horário comercial (de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h).
- 9.9. A responsabilidade pelo recebimento definitivo dos materiais ficará a cargo do (a) servidor (a) Chefe do Almoxarifado/CMA, que deverá proceder com a avaliação de desempenho e o atesto da nota fiscal, conferindo se todos os itens, valores e quantidades fornecidos estão em conformidade com o solicitado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega, determinando, quando necessário, a regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação do problema.
- 9.10. O aceite ou aprovação dos itens pela Câmara Municipal de Aracaju não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades, verificadas posteriormente, com as especificações estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência, garantindo-se à Câmara Municipal de Aracaju as faculdades previstas na Lei 8.666/93.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 765/2023 DISPENSA ELETRÔNICA 14/2023

9.11. A arte a ser impressa nas garrafas será fornecida pela Câmara Municipal de Aracaju. O fornecedor será responsável pelos ajustes necessários para adequação de tamanho e cor, conforme solicitação. Após os ajustes, enviar, por email (administrativo@aracaju.se.leg.br), um protótipo da garrafa pronta para aprovação da contratante, sendo permitido até dois ajustes no protótipo sem custos adicionais.

10. OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

- 10.1. Emitir Ordem de fornecimento para entrega do objeto;
- 10.2. Promover, através do Departamento Administrativo e Almoxarifado da Câmara Municipal de Aracaju, o acompanhamento e a fiscalização dos materiais entregues, sob os aspectos quantitativo e qualitativo;
- 10.3. Notificar o fornecedor sobre qualquer irregularidade encontrada;
- 10.4. Proceder à verificação do material fornecido, objetivando constatar a conformidade deste com as especificações constantes neste Termo de Referência, para posterior aceite;
- 10.5. Efetuar o pagamento ao licitante vencedor, de acordo com as condições deste Edital e do Termo de Referência, para posterior aceite;
- 10.6. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo fornecedor.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 11.1. Fornecer os materiais no prazo fixado no item 9.3 deste Edital, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento que será encaminhada por meio eletrônico;
- 11.2. Fornecer o material em quantidade, qualidade e prazos dentro das especificações contidas neste Termo de Referência;
- 11.3. O fornecedor arcará com todos os encargos sociais, trabalhistas e tributáveis decorrentes do fornecimento;
- 11.4. Responder pelas despesas relativas a impostos, taxas e quaisquer outras que forem devidas referentes ao objeto;
- 11.5. Sujeitar-se à ampla fiscalização por parte da Administração Pública, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatando as reclamações formuladas;





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 765/2023 DISPENSA ELETRÔNICA 14/2023

11.6. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Câmara Municipal de Aracaju.

12. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 12.1. A responsabilidade pelo recebimento definitivo dos materiais ficará a cargo do (a) servidor (a) Chefe do Almoxarifado/CMA, que deverá proceder com a avaliação de desempenho e o atesto da nota fiscal, conferindo se todos os itens, valores e quantidades fornecidos estão em conformidade com o solicitado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega, determinando, quando necessário, a regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação do problema.
- 12.2. Caberá ao fiscal o recebimento e o atesto de Nota Fiscal correspondente aos materiais, em pleno acordo com as especificações contidas neste Edital e no Termo de Referência.

13. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 13.1. A Câmara Municipal de Aracaju, após o exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à contratada em prazo não superior a 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal discriminativa, com o respectivo ateste da unidade responsável pelo recebimento, de que o fornecimento foi realizado a contento;
- 13.2. Para fazer jus ao pagamento, o fornecer deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, atualizações das certidões, que na ocasião estiverem vencidas, de regularidade junto ao Instituto Nacional do Seguro Social INSS, FGTS, negativa de débitos Federal, Estadual, Municipal e Trabalhista;
- 13.3. A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida implicará a sua devolução ao fornecedor para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação;
- 13.4. Nenhum pagamento será efetuado à empresa enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 13.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14. <u>DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO</u>



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 765/2023 DISPENSA ELETRÔNICA 14/2023

14.1. Ao fornecedor que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento da execução do objeto, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, garantidos o contraditório e a prévia defesa, de acordo com as disposições da Lei 8.666/93, art. 87, nos seguintes termos:

I. Advertência;

II. Multa, observados os seguintes limites máximos:

- a) Pelo atraso na entrega do material em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material;
- b) Pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material;
- c) Pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido;
- d) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no processo de Dispensa Eletrônica e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor Empenhado, para cada evento;
- e) As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento porventura devido ao fornecedor, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei;
- f) O setor competente poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da Dispensa Eletrônica, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei.
- III suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 765/2023 DISPENSA ELETRÔNICA 14/2023

sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15. DOS DEMAIS EXIGÊNCIAS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

15.1. Ficam estabelecidas as demais disposições presentes no ANEXO II- TERMO DE REFERÊNCIA, bem como em relação à discriminação do objeto descrito no item 7.1, seu valor unitário e valor total.

16. DAS INFORMAÇÕES GERAIS

- 16.1. Fazem parte integrante do processo:
 - 16.1.1. ANEXO I MINUTA DA ORDEM DE FORNECIMENTO
 - 16.1.2. ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA presente em documento à parte, com as informações complementares sobre o fornecimento dos produtos.
- 16.2. Para obter maiores informações sobre como participar da Dispensa Eletrônica, a empresa poderá entrar em contato através do e-mail: cpl@aracaju.se.leg.br.
- 16.3. Para obter maiores informações sobre os meios e dúvidas em relação ao sistema *Licitanet*, a empresa poderá entrar em contato pelo suporte técnico através do telefone (34) 3014-6633.

17. <u>DO FORO</u>

17.1. Fica eleito o foro do Município de Aracaju para dirimir quaisquer dúvidas na realização desta compra.

Aracaju/SE, 27 de setembro de 2023.

Marcelo de Andrade Santos Presidente da CPL/CMA





MUNICÍPIO DE ARACAJU CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 765/2023 DISPENSA ELETRÔNICA 14/2023

ANEXO I – ORDEM DE FORNECIMENTO Nº XX/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 765/2023

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 14/2023

Autorizamos a empresa abaixo qualificada a realizar a execução do objeto, observadas as especificações e demais condições constantes no Edital da Dispensa Eletrônica nº 14/2023, conforme abaixo:

CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal: XXXXXXXXXXXXXX

Tel: XXXXXXXXX

Solicitamos a entrega dos materiais no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, devendo ser entregues, juntamente com a Nota Fiscal e CNDs (Regularidade Fiscal e Trabalhista), no Anexo Administrativo da Câmara Municipal de Aracaju, no Setor de Almoxarifado, localizado na Rua Itabaiana nº 174, Centro – Aracaju/SE, CEP 49010-010, no horário compreendido entre 8h e 13h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, conforme suas quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Garrafa em material inox, na cor branca, personalizada em arte colorida, com capacidade de 650 ml, tampa rosqueável e alça para transporte.	UNID.	200



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 765/2023 DISPENSA ELETRÔNICA 14/2023

Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Fornecimento serão originários da classificação funcional programática abaixo discriminada, devendo o empenho ser realizado no valor de R\$ XXX,XX, como se segue:

Órgão: 01 CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Unid. Orçamentária: 01101 CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Função: 01 Legislativa

SubFunção: 031 Ação Legislativa

Programa: 0001 ATUAÇÃO LEGISLATIVA

Ação: 2001 Manutenção da Câmara Municipal

Natureza de Despesa: 33903000 Material de Consumo

SubElemento: 33903021 Material de Copa e Cozinha

Fonte: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos

Aracaju/SE, de de 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4344-6F68-9981-AEB1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

V

MARCELO DE ANDRADE SANTOS (CPF 803.XXX.XXX-68) em 27/09/2023 10:03:57 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cmaracaju.1doc.com.br/verificacao/4344-6F68-9981-AEB1